

Notas sobre subsistemas espaciais e circuitos de acumulação regional¹

*Alejandro Rofman*²

Subsistema espacial: conceito geral. O circuito econômico de acumulação dentro do subsistema. Inscrição espacial do circuito. Integração dos circuitos dentro do subsistema.

Uma das principais características dos estudos espaciais em que se recorta o espaço nacional em unidades territoriais de menor tamanho, convencionalmente denominadas regiões, é que tal divisão — em si altamente arbitrária — não implica estritamente a partição dos processos econômicos, sociais e políticos de uma formação social dada. Em outras palavras, pode se delimitar regionalmente um território nacional, mas o conjunto de relações econômicas e sociais que sobre ele se desenrolam não reconhece tais limites nem se sente constrangido a aceitá-los de maneira estática. Pelo contrário, se algo caracteriza a contradição entre sistema produtivo e organização do espaço desenhado para identificar os elementos que o compõem é que o primeiro gera processos em permanente dinâmica e mudança, enquanto o segundo geralmente é uma configuração subjetivamente delimitada e cristalizada no tempo.

Nos estudos regionais raramente se faz menção a essa circunstância com toda a sua real importância. Quando se parte de um quadro regional dado ou de um conjunto de regiões, tenta-se descrever o processo de produção e reprodução das condições de funcionamento do sistema social como se o mesmo pudesse ser isolado totalmente dentro do espaço ou dos subespaços em questão. Isso sem

1 Texto originalmente intitulado “Notas sobre sub-sistemas espaciales y circuitos de acumulacion regional”. Traduzido da versão publicada no MORVEN: Metodología para el Diagnóstico Regional, do Centro de Estudios Del Desarrollo (CENDES) da Universidad Central de Venezuela, em janeiro de 1980.

Tradução: Luciano Duarte (Unicamp) e Wagner Nabarro (USP).

2 Agradecemos ao professor Alejandro Rofman por permitir que o presente artigo fosse traduzido e publicado nessa edição do Boletim Campineiro de Geografia.

dúvida é uma herança do antigo enfoque espacial dos estudos neoclássicos em economia ou das modalidades de observação da realidade social que negam que o que acontece em toda a formação social se reproduz, com suas particularidades específicas, em cada subespaço que ela integra. Portanto, parte-se do pressuposto que os fenômenos socioeconômicos não são aperfeiçoados por agentes econômicos e sociais, mas que a própria região assume esse papel. Diz-se, à exaustão, “a região X cresceu uma dada porcentagem no último quinquênio” ou “a região X possui tal atividade industrial”, etc. Nesse contexto, a circunscrição das relações socioeconômicas ao interior da região não somente reconhece antecedentes teórico-metodológicos em textos de economistas clássicos ou neoclássicos, mas também engloba proposições supostamente baseadas no enfoque histórico-estrutural.

Nosso método de trabalho parte, pelo contrário, de outra perspectiva. Os agentes econômicos atuam em um quadro regional previamente delimitado, mas o processo produtivo escapa aos seus limites e abrange outros agentes, situados fora desse subespaço, e sem tal intervenção não se poderia reconhecer nem avaliar adequadamente o processo citado. Nas palavras de Levin (1974, p. 7), “... o âmbito de observação do fenômeno regional não está forçosamente circunscrito à região, nem o setorial ao setor, nem o territorial ao espaço”. Ou seja, se desejamos apreender o conjunto dos processos socioeconômicos que operam no espaço em toda sua magnitude e dimensão estrutural, devemos aceitar que os mesmos se produzem e reproduzem com base em relações concretas, dentro e fora dos quadros regionais. O processo de acumulação, por exemplo, tem lugar na escala nacional e possui segmentos ou partes do mesmo em cada unidade regional de observação. Se este é o ponto de partida, a análise regional começa a adquirir validade, na medida em que aceita que os fenômenos não começam e terminam em seu interior, ainda que reconheça que certos elos do mesmo adotam um quadro espacial dado e um correspondente impacto diferenciado sobre o processo produtivo, consoante à sua inscrição locacional.

Admitindo o princípio geral exposto acima, compete agora definir e delimitar o modo operacional do conjunto de agentes econômico-sociais que conduzem o processo de acumulação em geral e no contexto regional, em particular. Os agentes socioeconômicos exercem suas relações no espaço na medida em que se vinculam ao processo de acumulação do capital de modo desigual. Tal característica se baseia no fato de que o poder econômico das unidades de produção e/ou de distribuição no sistema capitalista não só é desigual mas também suscita relações de predominância e dominação. Desse modo, um mesmo processo produtivo gera diferentes modalidades no processo de acumulação nas correspondentes relações sequenciais entre os distintos elos que unem agentes econômicos uns com outros.

Assim, entre um determinado conjunto de empresas, a participação correspondente no total da acumulação gerada em todo o encadeamento vai se modificando com o tempo, na medida em que vão se alterando as relações de predominância entre uma e outra. Essa última transformação tem a ver, precisamente, com o poder econômico desigual dos agentes produtivos, aspecto ao qual nos referimos nos parágrafos acima.

A modalidade descrita engloba um grupo de unidades de produção, distribuição e consumo que operam a partir de uma atividade comum a todas elas. É como se tal articulação ou inter-relação estivesse constituída por um “conjunto de empresas que, em certa etapa da análise, pode ser visualizado como se constituísse uma empresa única”³ (LEVIN, 1974, p. 7). Mas esta “empresa única”, desdobrada em tantos agentes socioeconômicos interventores quanto encadeamentos possuir, reconhece uma certa e determinada posição espacial. A participação de cada unidade regional delimitada no processo sequencial descrito em seus aspectos gerais é o que nos interessa resgatar para a análise espacial do processo de acumulação.

No entanto, em cada contexto subespacial não tem efeito apenas um processo de acumulação parcial referido a uma única atividade produtiva. Obviamente são muitos e muito complexos os fenômenos econômico-sociais que se produzem e se entrelaçam em seu seio.

Ao primeiro encadeamento sequencial se agregam outros que, por algum motivo, recebem impacto ou geram efeitos sobre os demais. Cada um desses encadeamentos nos quais se pode desdobrar o processo de acumulação recebe, na dimensão espacial, a denominação de “circuito econômico de acumulação regional”. É claro que esse circuito faria parte do circuito maior, que é o de nível nacional. Seria, mais propriamente, um “subcircuito regional de acumulação”. Como exemplo concreto, poderia se tomar o caso de um processo sequencial no qual se escolhe como base uma matéria-prima qualquer e se considera o circuito como integrado por produtores da mesma, transformada em sucessivos produtos manufaturados que, por sua vez, participam da etapa seguinte como insumo até a fase final do consumo, incorporando todos os processos de comercialização e financiamento. “Independente de como em seu interior se encontra fragmentado o capital, o conjunto de empresas compreendidas configura um todo único do ponto

3 Levin agrega, em outro trabalho, que o tipo de relações econômicas diretas que se estabelecem entre empresas através do sistema geral de interdependência deve nos chamar atenção para compreender esse modo de relacionamento como um tipo particular de relações econômicas diretas: o das relações diretas de acumulação. Nessas relações, os processos de acumulação de diversas empresas se encontram sistematicamente condicionados pelas relações recíprocas diretas que se estabelecem entre elas (LEVIN, 1977).

de vista da produção e circulação (agr. produtores de trigo, moleiros, padeiros, produtores de massas, etc)” (LEVIN, 1974, p. 7).

A reunião desses circuitos que reconhecem algum tipo de vinculação entre si constitui o “subsistema regional”. As formas de vinculação são muito variadas. Respondem, em cada caso, às modalidades de integração e inter-relação entre elementos de um circuito com elementos de outro. Para se elaborar uma análise de certo modo exaustiva, caberia reconhecer dois tipos gerais de inter-relações entre circuitos econômicos dentro de um subsistema regional:

1. Relações de vinculação direta. Trata-se, neste caso, do que comumente se conhece como relações técnicas de produção. Em uma determinada região, no processo produtivo de um elo de determinado circuito, se produz os insumos requeridos ou as partes que devem vir de outro circuito. De tal forma, se estabelece uma vinculação baseada nas condições técnicas do processo produtivo, que satisfazem ao interior da região estudada.

2. Relações de vinculação indireta. Esse tipo de relação se desdobra em duas modalidades diferentes. Na primeira, trata-se de vincular um circuito com outro por meio de mecanismos de financiamento que os inter-relacionam. Explicamos. Suponhamos que em um circuito um dos elos, que corresponde à região analisada, emprega um conjunto de trabalhadores que são remunerados com rendas diferenciadas segundo a posição da ocupação, de tal modo que os estratos mais elevados gozam de salários e vencimentos relativamente altos para a média regional. Esse estrato adquire, desse modo, capacidade de poupança suficiente para investir em atividades distintas das que os empregam como assalariados. A outra atividade do outro circuito no qual intervêm requer deles o referido financiamento, seja como investidores indiretos ou como financiadores do investimento. O mesmo exemplo poderia ser dado no caso de grupos econômicos do empresariado local, que transferem parte de seus benefícios na forma de investimento reprodutivo para outras atividades, estimulando assim a formação de um conjunto de circuitos com diferente inscrição regional, aonde diversificam os investimentos e os respectivos riscos.

A modalidade anterior de relacionamento indireto também pode se dar por meio da força de trabalho, através de vínculos gerados pela capacidade de atração que uma atividade em condições de pagar salários mais elevados exerce sobre a mão de obra empregada em outra atividade, cujas condições de nível salarial são menos aceitáveis.

Esse movimento interempresarial de força de trabalho, que pode ser permanente ou transitório, cria relações intercircuitais e define a posição de ambos

em um correspondente subsistema regional. As modalidades que esse movimento adota serão descritas em seções posteriores. Vale a pena antecipar somente, a esta altura da exposição, que estas podem consistir em transferências diretas entre um setor ou ramo e outro, dentro do mesmo subsistema regional, como na ocupação temporária da força de trabalho que tem uma localização determinada dentro do respectivo mercado em atividades que a requeiram de maneira sazonal.

Seja qual for a maneira pela qual se integram e se inter-relacionam os circuitos econômicos, dentro do subsistema regional, o requerimento necessário para que essa unidade espacial seja definida e, de certo modo, se diferencie das outras, é que o conjunto de tais circuitos, na parte que lhes compete manifestar-se dentro do entorno regional dado, interatuem em alguns dos processos que lhe são característicos.

Dentro da aceção anterior é provável que identifiquemos subsistemas regionais nos quais, a mero título de exemplo, se produzam as seguintes vinculações entre circuitos econômicos de acumulação:

1. Processos de produção de um mesmo ramo liderados em algumas de suas etapas produtivas fundamentais por alguma empresa ou grupo econômico monopolístico ou oligopolístico.
2. Processos produtivos líderes de um subespaço determinado que se ligam a processos manufatureiros que fornecem partes, peças e reposições, a entidades financeiras que apoiam sua atividade de investimento e seu desenvolvimento empresarial, a canais de comercialização que dão vazão a seus produtos, etc.
3. Atividades agrícolas dedicadas, em um determinado estrato de tamanho e de preço e dada uma certa forma organizativa da produção, à produção para a exportação extrarregional, com vinculações por meio de canais comerciais próprios (cooperativas) ou alheios (empresas comercializadoras) e financiamento apropriado, trabalhando com mão de obra que sazonalmente contribui para a realização das respectivas colheitas.

Os exemplos poderiam seguir, mas deixamos sua ampliação para a seção respectiva deste trabalho.

Estrutura de um circuito econômico regional

Introdução

Nesta seção vamos tratar de identificar e descrever em detalhes o modo de

funcionamento de um circuito regional de acumulação. Em primeiro lugar, nos referiremos aos distintos tipos de circuitos que eventualmente possam individualizar-se no entorno espacial, aspecto que já abordamos em linhas mais gerais na seção anterior. Em segundo lugar, abordaremos temas relacionados à setorização mais adequada para identificar os atores econômicos que participam do circuito e dos respectivos subsistemas regionais.

Em terceiro lugar, trataremos das formas de organização produtiva que participam dos diversos circuitos, das modalidades de acumulação entre agentes econômicos de poder desigual e dos diferentes encadeamentos que se reservam ao interior da região ou escapam à sua jurisdição geográfica.

Em quarto lugar, analisaremos as distintas circunstâncias nas quais têm lugar os processos de captação do excedente econômico no processo de circulação próprio do circuito de acumulação regional. Finalmente, trataremos de incorporar algumas considerações sobre a apropriação regional do excedente que se produz em cada elo do circuito e sua expressão relativa em termos do subsistema regional.

Tipos de circuito regional de acumulação

A metodologia abordada, que reconhece como princípio fundamental o distinto e desigual poder de acumulação das empresas em um mercado capitalista, exige mudar de plano os critérios tradicionais de identificação setorial no processo produtivo. A presença de agentes econômicos em lugar de ramos ou setores produtivos é a consequência inicial dessa transformação das bases teórico-ideológicas da análise da atividade econômica em geral e de sua inscrição regional em particular. Assim, entendemos que se o processo de acumulação, geração e captação do excedente econômico a partir do qual o citado processo se verifica resulta estreitamente ligado às características e modalidades com as quais os distintos agentes econômicos operam no mercado, uma análise que tenta alcançar uma interpretação do citado processo deve descartar, a princípio, qualquer setorização que os oculte ou, ao menos, que obscureça seu real comportamento. A tipologia dos circuitos, então, está estritamente ligada à identificação dos atores que neles intervêm.

Uma primeira identificação dos circuitos deveria passar pelas atividades dominantes que atuam como eixo central do circuito e ao redor das quais gira e se articula todo o processo de determinação de preços e modalidades de acumulação. Ainda que essa análise estrutural seja tratada em detalhe mais adiante, nessa primeira aproximação interessa considerá-los pelo menos parcialmente para alcançar uma tipologia abrangente de circuitos regionais.

Uma segunda caracterização deveria repousar nos modos de produção dominantes a que estão submetidas às atividades que mais acentuadamente se inserem no circuito. Em tal sentido, poderíamos falar de um circuito agrícola predominantemente capitalista, definitivamente capitalista ou pré-capitalista. Não há dúvidas que essa identificação tem muito a ver com as formas com que se realizam o processo de geração do excedente econômico e as modalidades do processo de acumulação.

Uma terceira individualização teria que reconhecer o nível de predomínio de determinadas formas técnicas de produção, que são centrais para o circuito e com as quais se realiza o processo produtivo nos elos que controlam os distintos encadeamentos.

Uma combinação de todos esses critérios tipológicos poderia definir as respectivas matrizes de observação. Teremos desse modo, por exemplo, circuitos baseados na atividade têxtil que se articulam ao redor de um grupo de empresas de fiação, que são as que controlam o processo de acumulação, onde as atividades primárias estão representadas por empresas agrícolas capitalistas com altos índices de avanço tecnológico. Coexistindo com esse circuito, poderíamos encontrar outro, também funcionando ao redor do grupo de fiações com controle oligopólico do mercado, e no qual, pelo contrário, o setor ofertante de insumos básicos constitua um numeroso campesinato no qual predominam formas não capitalistas de produção e uma taxa reduzida de inovação tecnológica.

Essa tipologia de circuitos econômicos de acumulação teria uma representação regional no subespaço estudado na medida em que alguns dos elos que os compõem participem da área em estudo.

Bartolomé (1975), em um trabalho realizado recentemente para caracterizar a exploração agrícola familiar no norte da Argentina e sua vinculação com a agroindústria, tenta criar uma tipologia de tais explorações levando em conta os parâmetros que selecionamos para nosso enfoque. É claro que tal tipologia se reduz somente à análise das explorações agrícolas e não incorpora os demais encadeamentos que levariam a definir o circuito próprio de cada uma das dimensões analisadas para integrar verticalmente o processo agroindustrial. Seu esquema é o seguinte:

Tabela 1 — Matriz tipológica

Fonte de mão de obra	Nulo	Potencial de acumulação reduzido ou médio	Máximo
Familiar	Campeinato (tecn. paleolit.)	Colono I (tecn. neotécnica)	
Combinada		Colono II (tecn. neotécnica)	
Assalariada			Empresário agrícola (tecn. neotécnica)

Essa matriz inclui apenas a primeira fase do circuito, mas incorpora as dimensões mais significativas. A organização técnica da produção, exemplificada pelas duas modalidades — atrasada e moderna —, as formas sociais para produzir, marcadas pelo que se denomina acima de mão de obra, mas que na realidade está explicitando o modo dominante de produção e, finalmente, a capacidade de controle do processo de geração do excedente econômico segundo o tipo de empresa agrícola estudada.

Tabela 2 — Matriz tipológica de circuitos de acumulação para a atividade X

Organização social predom. no circuito	Empresa líder no processo de acumulação		
1. Pré-capitalista	Empr. Comercial Circ. Agr. atras.	Empr. Industrial I	Empr. Indust. 2.
2. Combinação de formas não capit. com capit.		Circ. agric. atras.	Circ. agric. moder.
3. Capitalista			Circ. agric. moder.

No primeiro caso se trataria de um circuito de comercialização da produção agrícola que se baseia em explorações não-capitalistas (camponeses roceiros ou em

explorações da Reforma Agrária) que vendem às empresas comercializadoras dentro da região seus produtos excedentes da função produtiva de consumo familiar. No segundo caso se trataria dos intercâmbios realizados por camponeses ou pequenos proprietários que ocasionalmente contratam mão de obra nos momentos de colheita, mas com técnicas de inovação reduzida e com uma ou várias empresas industriais localizadas na região, que a processam para sua venda a consumidores locais, ainda que com pequenas unidades de transformação, altamente intensivas em trabalho e fundamentalmente baseadas em trabalho familiar. O terceiro e quarto circuitos têm a ver com empresas agroindustriais modernas que controlam os respectivos circuitos e que adquirem seus insumos tanto de produtores-camponeses do tipo previamente descrito (contratantes temporais de mão de obra) como de empresários agrícolas capitalistas modernos.

O exemplo indicado poderia repetir-se para outras atividades (industriais, comerciais e de serviços) que lideram os respectivos circuitos. Uma tipologia diferente da já enunciada teria consistido em adotar o esquema de Milton Santos.

Esse autor se refere à existência de dois circuitos econômicos em uma aglomeração urbana, situados em planos diferentes na medida em que atendem a processos de produção, circulação e consumo com estrutura muito distinta e ainda oposta. O circuito “superior” estaria produzindo para fora do entorno urbano, com tecnologia moderna e produtos manufaturados de consumo conspícuo. O circuito “inferior” se vincularia aos setores de baixa renda do mesmo centro urbano, com tecnologia atrasada e produção orientada somente ao mercado interno da aglomeração. A coexistência desses circuitos não implica que os mesmos funcionem desconectados entre si. O mesmo Milton Santos (1975, p. 245) esclarece que os circuitos “não estão isolados entre si; pelo contrário, se encontram em estado de interação permanente”. Esse enfoque tenta explicar uma característica específica das estruturas econômicas assentadas nas grandes metrópoles ou centros urbanos dos países subdesenvolvidos, a saber: uma área integrada à economia de mercado, imitativa dos padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos industrialmente e uma área marginal, com sua própria dinâmica produtiva e de consumo, altamente suficiente e com normas e modos de funcionamento próprios e peculiares. Esse modelo, apesar de ser bastante interessante de estudar, não se assemelha a nosso propósito, que é o de observar todas as atividades econômicas quaisquer que seja sua adscrição ao mercado e seu nível de desenvolvimento tecnológico para precisamente entender por que, em regiões ou aglomerações urbanas, se produzem e reproduzem as condições de marginalidade rural e urbana tão acentuadas em países subdesenvolvidos.

Agentes econômicos incorporados aos circuitos: sua classificação

Na análise anterior localizamos os agentes econômicos dominantes e dominados (do ponto de vista do poder com que ingressam em relações recíprocas de troca e em relações de acumulação) dentro da matriz tipológica para identificação de circuitos. Nesta seção aprofundaremos mais ainda a análise, de maneira específica, dessa classificação.

Nessa altura da análise concordamos que os elementos de vinculação nos respectivos circuitos são os agentes econômicos, com diferente modo de inserção em cada uma das articulações analisadas. Identificá-los simplesmente através do poder econômico desigual com que interagem foi útil para uma tipologia geral acerca do funcionamento dos circuitos, mas isso aparentemente é insuficiente em um processo de individualização das muitas distintas modalidades de ação de tais agentes, que complementam e reforçam os respectivos papéis de dominante e dominado.

Uma primeira aproximação ao tema consistiria em trabalhar com um conjunto de atributos que cooperam para definir os papéis citados. Este foi o procedimento que há mais de 10 anos nos levou a classificar as atividades em um estudo regional, a fim de avaliar a capacidade de transformação da estrutura produtiva da área que cada uma delas detinha.

No referido estudo se adotou uma classificação que levasse em conta quatro variáveis de análise a fim de definir o que foi denominado “setores estratégicos” para o crescimento econômico regional. Essas variáveis são: tipo de atividade, em relação a sua posição no mercado interno ou de exportação; tamanho; nível de utilização de insumos locais (encadeamentos para dentro da região); e dinamismo. Com base nessas quatro categorias descritivas e fixando os limites de variação para os índices adotados, elaborou-se o seguinte quadro classificatório das atividades.

Quadro 3 — Categorização das atividades estratégicas da Área Sudeste da província de Buenos Aires, Argentina (1967)

Tipo	Tamanho	Utilização de insumos locais	Dinamismo
Exportadoras	Grandes	Alto	Expansão
Associadas	Médias	Regular	Estável
Outras	Pequenas	Reduzido	Decrescente

Fonte: Rofman; Yujnovsky (1970)

Esse esquema classificatório possui um ponto de contato em especial com nosso enfoque, no sentido de visualizar as atividades segundo suas integrações a circuitos econômicos externos ou internos (colunas 1 e 3). Para cada atividade, então, a identificação de seu compartimento passava por assinalar uma das três categorias em que a tipologia citada a havia caracterizado.

Um enfoque mais rico é o que nos proporciona Milton Santos no livro que já citamos. Nesse livro ele utiliza um duplo critério classificatório. Em primeiro lugar, identifica as atividades ou “elementos”, como os denomina em seu texto, segundo seu pertencimento a cada um dos dois grandes circuitos da economia urbana que descrevemos anteriormente. No interior do circuito superior, por sua vez, se situam os distintos elementos em três grandes grupos de atividades, de acordo com a forma com que as mesmas operam dentro ou fora da área urbana ou realizam transações que englobam intercâmbios tanto no interior como no exterior dos limites da área determinada. A característica mais relevante dessa classificação é que ela combina aspectos relativos às formas sociais e técnicas de produção (no que diz respeito à inscrição de cada atividade em um outro circuito), com critérios vinculados ao tamanho e potencial dinamismo das atividades, dada a dimensão dos mercados que abarca.

Quadro 4 — Classificação das atividades correspondentes aos dois circuitos da economia urbana segundo o esquema de Milton Santos.

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Atividades puras (para o interior do centro urbano)	Indústria urbana moderna	Fabricação não capitalista
	Comércio urbano moderno	Comércio não moderno
	Serviços modernos	Serviços
Atividades impuras (para o exterior)	Indústria de exportação	Comércio Atacadista
	Comércio de exportação	Transporte
	Banco para financiamento de exportação	
Atividades mistas	Comércio atacadista	
	Transporte	

Fonte: Elaborado com base nos dados de Milton Santos (1975, p. 35-37)

A metodologia utilizada não é totalmente clara quanto aos aspectos estruturais em que se baseia. Observa-se, por exemplo, como se fundem conceitos relativos ao modo de produção (fabricação não capitalista) com critérios que têm a ver com o nível de modernização da atividade. Embora não esteja definido o que se entende por “moderno” ou “não moderno”, sem dúvida isso se relaciona com as características assinaladas a cada circuito, conforme assinala o mesmo Santos (1975, p. 38). O “moderno” teria a ver fundamentalmente com as formas técnicas avançadas e sociais plenamente capitalistas de produção predominantes em cada atividade. No circuito superior isso supõe: tecnologia de capital intensivo, organização totalmente burocratizada, altos índices de emprego assalariado, vinculação com crédito bancário, abundante publicidade, relações impessoais com a clientela, vinculações elevadas com o exterior e uma importante ajuda governamental, entre outros. Em contrapartida, para o circuito inferior, as atividades não modernas se vinculam com mão de obra intensiva, baixo emprego de mão de obra assalariada, crédito pessoal e não institucional, relações diretas e personalizadas com a clientela, publicidade nula etc.

Essas características de maior ou menor “modernidade” deveriam expressar-se mais propriamente no que antes pontuávamos como aspectos ocultos sob a citada denominação: modo de produção dominante, formas técnicas de produção dominantes e diferentes formas de organização.

Uma sugestão apropriada nesse sentido é a que coloca Elizabeth Jelin (1974) em um estudo muito interessante sobre a economia urbano-regional de Salvador, Bahia. Ela expressa que a identificação de atividades deve passar necessariamente por sua inscrição nas distintas formas de organização da atividade econômica, e que das características mais significativas dessas formas surge a posição do processo em termos de dominação ou controle dos respectivos mercados. Ao se realizar a análise da situação nessa determinada área brasileira, a autora reconhece seis formas ou categorias de organização social da produção, com seus respectivos agentes econômicos mais relevantes, a saber:

1. Economia doméstica. Sua característica central é a produção simples de mercadorias na esfera não mercantil. São constituídas por famílias produtoras para seu próprio consumo, tanto em setores de baixos níveis de renda (onde predominam), como em setores de renda elevada. Os agentes econômicos são as referidas unidades, onde se combinam o processo de produção e o de consumo. Em nosso enfoque teórico, estaríamos na presença de unidades em cujo interior se completa um circuito econômico de acumulação e que geralmente são denominadas de subsistência. A

particularidade desses agentes de produção e consumo, por sua vez, é que estão localizados dentro de uma área urbana e não em uma área rural, como geralmente são encontrados.

2. Produção simples de mercadorias para o mercado. Os aspectos mais importantes deste estrato organizativo é que são constituídas por pequenas oficinas ou trabalhadores autônomos, de composição heterogênea e baixa capitalização, que têm a flexibilidade necessária para solucionar problemas não rotineiros. Sua característica central é que a produção simples de mercadorias predomina no lugar da produção empresarial. Os atores econômicos poderiam ser classificados em dois grandes grupos:
 - a. Oficinas ou agentes de conserto de bens de consumo duráveis.
 - b. Oficinas ou agentes encarregados de produzir partes para a indústria com níveis reduzidos de incorporação de tecnologias avançadas.
3. Organização plenamente capitalista. Esta é a atividade que domina e controla o processo de acumulação na economia urbana e sua presença se manifesta com uma acentuada divisão social do trabalho, especialização, interdependência de funções e formalização das relações de trabalho. A característica que mais se destaca é a burocratização da atividade econômica no contexto do desenvolvimento capitalista. Segundo a autora, os agentes econômicos não estão individualizados, embora claramente consistam em líderes emergentes do processo de acumulação local integrados à área nas últimas décadas.
4. Administração pública. Esta atividade concentra tarefas essencialmente burocráticas e reúne uma porcentagem importante do emprego local que, de outra modo, acabaria indo parar no desemprego aberto.
5. Economia doméstica sem remuneração. Refere-se às donas de casa e dependentes da família.
6. Desocupados.

A partir de uma evolução conjunta dos três critérios apontados acima, da necessidade de cumprir os objetivos concretos no processo de definição e do comportamento dos circuitos regionais de acumulação, nossa proposta metodológica sobre uma classificação de agentes econômicos passa a considerar as seguintes variáveis de identificação.

- a) Grau de dominância e dinamismo expansivo no processo de vinculação

dentro do circuito

- b) Forma de organização social predominante e níveis de organização técnica da produção.
- c) Setor ou ramo da atividade ao qual o agente econômico envolvido pertence.

A partir do exposto, poderia se falar de uma estrutura de atores econômicos colocada da seguinte forma:

Tabela 5 — Tipologia de agentes econômicos incorporados aos circuitos econômicos de acumulação regional

Grau de dominação dentro do circuito e capacidade de expansão	Agropecuário	Setores de atividade industrial estatal	Produtivo financeiro	Serviços pessoais
Nível mínimo ou nulo de controle do circuito com baixa taxa de acumulação, sem possibilidades de expansão	Unidade familiar sem incorporação de tecnologia			Atividade pessoal de reparações sem meios técnicos, com mercado restrito
Capacidade moderada de controle do circuito com certa taxa de acumulação, sem possibilidades de expansão		Oficina industrial familiar, sem capacidade de acumulação		
Capacidade moderada de controle do circuito com possibilidades de expansão	Empresa agrícola com incorporação de tecnologia e mercado em crescimento			Empresa média de transporte em área urbana expansiva
Alto nível de controle do circuito com elevada taxa de acumulação e expansão dinâmica		Grande empresa capitalista nacional ou transnacional de controle monopolístico do mercado	Banco ou agente financeiro nacional ou estrangeiro	

No quadro, incorporamos alguns exemplos que não são abrangentes, nem cobrem toda gama possível de situações a se verificar, mas que ilustram nosso enfoque. Desse modo, é possível agora se referir ao modo de relacionamento entre as empresas, baseado nas relações diretas de acumulação e fundamentado no poder de contratação desigual no mercado.

Formas de organização produtiva. Encadeamento a partir da produção até o consumo final. Dominação no interior dos circuitos.

O processo de vinculação entre os elos do circuito constitui a primeira trama através da qual se desenvolve, por um lado, a geração de excedente e, por outro, a forma de apropriação do mesmo. Esses encadeamentos podem, em cada circuito, ser identificados adequadamente a partir da forma organizativa do mercado e da capacidade de adaptação do respectivo agente econômico às correspondentes transformações, da dominação que se exerce de agente para agente dada a morfologia do respectivo mercado e das cotas que cada um deles se apropria do excedente total. Estudos empíricos acerca do funcionamento de um circuito econômico possibilitam identificar os fatores que concorrem para caracterizar os compartimentos citados. Previamente, citaremos alguns desses fatores. Milton Santos (1975, p. 38), no livro ao qual estamos nos referindo, cita os seguintes:

1. Oscilação de quantidades oferecidas
2. Estabilidade
3. Poder de negociação
4. Capacidade de armazenamento respectivo
5. Diferenças de produtividade
6. Sistema de *marketing*

Poderia ser acrescentada a essa lista a capacidade de captar a mudança tecnológica por parte dos distintos agentes econômicos envolvidos no circuito e as formas de produção predominantes no estrato, que acaba por identificar cada agente econômico representativo de um elo do circuito. Nos três exemplos a serem citados faremos menção a cada um desses fatores reguladores do funcionamento do circuito.

A primeira experiência se refere a um estudo sobre a atividade algodoeira no norte da província de Santa Fé, realizado dentro de uma pesquisa sobre o campesinato na região. Seguindo nossa metodologia, trata-se de um circuito

econômico de atividade agrícola, com formas de produção capitalistas e não capitalistas funcionando em seu interior envolvendo distintos agentes econômicos e onde a principal atividade empresarial que controla o processo é capitalista avançada.

O circuito encontra, em seu primeiro elo, o agente produtor de algodão, caracterizado pelos autores como de tipo camponês. Este agente se define a partir de sua função de produtor, trabalhando basicamente com sua família, vendendo e comprando regularmente mercadorias, mas sem alcançar nenhum excedente, uma vez terminado o ciclo anual. O produtor, assim, se “reproduz” com sua família sem que haja um processo de capitalização que o permita expandir suas atividades. No processo das relações de troca, como o camponês não acumula para capitalizar-se, já que se encontra dentro de uma simples economia mercantil, o preço da produção se mede, em grande medida, a partir das necessidades familiares culturalmente definidas que precisam ser satisfeitas.

Assim, sistematicamente, os camponeses cedem uma parte de seu “lucro” para outro setor da sociedade (ARCHETTI; STOLEN, 1974, p. 152-153). Os autores citam quais são esses outros agentes com os quais o camponês se relaciona em seu processo de cessão de “lucros” (dos quais, obviamente, nunca chega a desfrutar). Eles são: comerciantes, transportadores, revendedores, proprietários de terra e o Estado.

Além do cálculo econômico do excedente potencial do camponês, que sempre passa para a mão de outros agentes no circuito, surgem no texto anterior valiosos elementos para identificar esse elo inicial do circuito e os fatores que regulam sua vinculação com os demais. Em primeiro lugar, trata-se de um agente não capitalista, basicamente ligado por relações mercantis a um “abastecedor” privado que fixa o preço de compra, dado seu maior poder de negociação. Os autores expressam a esse respeito que o preço de transação do produto para os camponeses é menor que o preço de mercado já que dominam, no processo de fixação do valor respectivo, as condições do sistema de *marketing*. Dadas as modalidades de produção, geralmente com uma quantidade reduzida, o camponês requer a quantidade de dinheiro resultante da transação comercial em espécie. À já conhecida posição monopsônica ou oligopsônica do revendedor se acrescenta a disponibilidade de dinheiro imediata (para aquele que não participa de uma cooperativa), razão pela qual o preço de venda ser afetado por um processo duplo de redução.

O produtor de algodão, por outro lado, quando trabalha em pequenas unidades de produção, está estruturalmente incapacitado de diversificar seus

cultivos. Isso não afeta somente sua capacidade de acumulação, mas também, ao ser mono produtor, obriga-o a ocupar-se com as atividades agrícolas somente uma parte do ano. Ou seja, possui uma atividade sazonal, ao que se soma o fato de concentrar sua oferta em um período muito curto do ano e de ser incapaz de armazenar a produção para esperar um possível aumento dos preços.

Esta caracterização do agente econômico inicial do elo, “camponês produtor de algodão”, utilizando o conjunto dos fatores citados acima permite reconhecer sua real inserção no circuito. O estudo citado não traz muitos outros indícios acerca do comportamento dos demais agentes econômicos. É interessante, todavia, a avaliação de que os agentes de transformação da matéria-prima, as descaroçadoras, absorvem quase que em partes iguais a produção algodoeira, sendo empresas privadas (57%) e cooperativas (43%). O circuito aqui se desdobra em dois tipos de agentes que realizam a mesma atividade mas, sem dúvida, possuem diferentes comportamentos no mercado. Sobre isso voltaremos mais a frente com outro exemplo. Finalmente, acrescenta-se que, dentro das ações concretas que ambos realizam, os tipos de agentes industrializadores se destacam pelo fato de que o descaroçador privado possui um armazém na planta manufatureira, o que supõe outro elemento significativo de controle do mercado, de fixação do preço e de regulação das condições de mercado. A cooperativa, em contrapartida, não possui armazém, o que reduz sua capacidade de negociação frente ao revendedor privado, ao descaroçador e ao camponês (ARCHETTI; STOLEN, 1974, p. 164).

Outro estudo interessante é o que se refere ao mercado de leite líquido nos Estados Unidos. O respectivo relatório aponta que podem ser identificados os padrões a partir dos quais vai se modificando, com o tempo, o processo de comercialização do leite nas principais cidades dos Estados Unidos. A tal efeito, o estudo relaciona os fatores que foram regulando tal transformação, modificando a relação interna entre os agentes econômicos:

1. Diminuição do total de agentes, por desaparecimento dos menores.
2. Aparição de um estrato intermediário de empresas de alcance regional e de cadeias de supermercados que absorvem a citada diminuição.
3. Manutenção de grandes cadeias nacionais na distribuição do mercado.
4. Maior alcance geográfico da distribuição das fábricas, dada a mudança tecnológica no sistema de transporte, o que implicou aumentos das economias de escala.
5. Desaparição da pequena distribuição a domicílio, concentrando-se o comprador na aquisição em supermercado.

6. Mudanças no poder de negociação entre os agentes econômicos pela aparição de sistemas integrados (planta pertencente ao supermercado ou planta vinculada por convênio de compra ao supermercado), o que supõe a exclusão dos intermediários (BABB, 1966).

Da informação transcrita no trabalho e dos fatores de caracterização previamente apontados se infere uma identificação do tipo, modalidade e agentes interventores no circuito nacional do leite, que tem uma inscrição regional definida.

No sistema de produção leiteira dos Estados Unidos, todos os agentes econômicos operam sob condições de relações capitalistas de produção. É um circuito dinâmico, onde o grupo de agentes econômicos que controla o processo de acumulação foi historicamente a planta industrializadora. A partir do que se infere do estudo, as mudanças das condições do mercado levaram o supermercado, unidade de comportamento oligopólico, a substituir a planta como companhia líder do circuito.

Do texto, depreende-se que essa transformação quanto ao agente econômico central do circuito se desenvolve como resultado de um processo de concentração e centralização do capital, que afeta principalmente os pequenos e médios distribuidores finais do produto ao mercado consumidor. A absorção da mudança tecnológica no transporte por parte das plantas industrializadoras permite deslocar competidores no espaço e ampliar, nas plantas mais poderosas, a respectiva área de mercado. Finalmente, essas plantas se veem sujeitas ao maior poder econômico e capacidade de negociação dos supermercados emergentes, que tendem a controlá-las de maneira direta ou indireta.

De todo o processo descrito é possível deduzir algumas hipóteses sobre os deslocamentos da capacidade de captar excedente econômico entre os diversos agentes do circuito.

Com efeito, de acordo com a dinâmica do processo, nota-se um controle crescente por parte dos distribuidores concentrados (supermercados) em detrimento das plantas industrializadoras, pese o fato que estas parecem aumentar sua área de influência nas vendas e, portanto, expandem sua produção aproveitando as consequentes economias de escala. É provável que os supermercados tenham aumentado sua taxa de lucro por seu maior poder monopólico e as plantas, ainda autônomas, tenham aumentado sua taxa por seu maior tamanho operacional. Ainda seria preciso discutir quais teriam sido os agentes ou setores afetados por esse processo de reacomodação das funções líderes no circuito, se os produtores de leite, os consumidores finais, ou ambos. A

repercussão regional de todos esses processos de reajuste na posição relativa de cada agente econômico é, sem dúvida, muito importante. Se os produtores são os prejudicados, serão as áreas produtoras de leite as que receberão o impacto negativo; se, em contrapartida, os consumidores aparecem como os afetados, isso repercutirá negativamente nas respectivas aglomerações urbanas. Finalmente, haveria que se discutir qual é o impacto espacial do aumento da taxa de lucro pelos grandes produtores industriais e intermediários. Em todos os casos seria possível formular hipóteses acerca das respectivas localizações e das formas de utilização de tais excedentes aumentados.

Um último exemplo, talvez o mais completo em termos do marco teórico até agora apresentado, se refere a um estudo sobre o comportamento da produção primária em duas províncias do noroeste argentino (ROFMAN; LUIS, 1975). Essa pesquisa, enquadrada dentro de outra com objetivos um tanto diferentes, nos permitiu identificar os agentes econômicos regionais produtores de insumos agroflorestais, destinados a mercados de consumo extrarregionais, com diferente nível de transformação antes de sua exportação. Ao mesmo tempo, os circuitos de algodão e de tanino (extratos de quebracho) e os insumos com que tratam puderam ser estudados separadamente até o momento da utilização final do bem manufaturado.

Os resultados alcançados foram muito mais ricos no caso do algodão, e é por isso que o escolhemos como referência empírica.

Os produtores algodoeiros da região são geralmente mini-fundiários, contando com ajuda familiar, e seu escasso volume anual de colheita, assim como as dificuldades derivadas de se aumentar a produtividade via mudança tecnológica os obrigam, inclusive, a vender sua força de trabalho fora da época de semeadura, cultivo e colheita. Essa unidade campesina se vincula em suas relações de comercialização seja como um agente intermediário local, seja diretamente com a descaroadora privada; a descaroadora de propriedade da cooperativa intervém apenas ocasionalmente, pois sua esfera de ação está mais reservada ao segmento de médios e grandes proprietários capitalistas diversificados, que são geralmente sócios da citada cooperativa. O próximo elo superior consiste nas fiações. Estas, diferentemente do processos de descaroadamento, estão localizadas fora da região, preferencialmente em Buenos Aires e seus arredores. Sua presença caracteriza o circuito econômico, de acordo com o maior poder e controle dos atores na fixação dos preços e, portanto, na determinação do destino dos excedentes. O segmento citado é integrado por poucas empresas, por sua vez oligopsônicas e oligopólicas, onde intervém tanto o concentrado capital nacional como o capital estrangeiro.

Finalmente, o elo mais próximo do consumo consiste nas tecelagens, muito numerosas, onde coexistem pequenas e médias empresas de origem nacional com outras de tamanho elevado e participação estrangeira. Esses elementos do circuito não operam desvinculados entre si, como parecia indicar a descrição anterior. As fiações, por sua vez, são proprietárias de descaroçadoras, razão pela qual essa integração vertical da indústria reforça ainda mais o poder negociador das respectivas empresas tanto perante os agricultores quanto perante os tecedores.

O circuito apresentado dessa maneira contém atores capitalistas e não capitalistas, aos quais devem se agregar outros fatores existentes que cooperam para diferenciá-los. Estes são o poder econômico desigual, a ausência de acumulação no setor camponês frente a elevadas taxas de lucro e reinvestimento nas fiações, e moderados excedentes nas descaroçadoras de propriedade das cooperativas. Finalmente, nas tecelagens, como causa e efeito do anterior, verifica-se uma capacidade de mudança tecnológica muito desigual tanto em um como no outro extremo do circuito. De tudo isso, resulta que o processo de acumulação no tempo separa de maneira crescente o potencial dinâmico de expansão de cada um dos segmentos econômicos envolvidos no circuito.

Para além da caracterização anterior, o estudo permitiu calcular, através das séries históricas de preços, como se produziu, nos anos compreendidos entre 1956 e 1972, um processo de translação de rendas de todos os segmentos de atores em direção às fiações concentradas e de que maneira verificou-se uma crescente lacuna na incorporação de mudanças tecnológicas entre fiações e tecelagens. Após a apresentação do quadro faremos algumas considerações adicionais.

Quadro 7. Evolução da produção de algodão, preços das distintas etapas do processo têxtil e produtividade da indústria têxtil. Índice 1960 = 100

Anos	Vol. físico de produção de algodão	Algodão	Preços			Produtividade	
			Fibra	Fio	Tecido	Fio	Tecido
1956	138	146	137	119	-	86	71
1957	111	132	138	139	-	82	74
1958	188	90	112	133	-	79	73
1959	110	87	100	107	-	79	78
1960	100	100	100	100	100	100	100
1961	127	69	79	108	103	101	69
1962	116	65	71	103	98	91	78
1963	150	83	70	97	88	125	103
1964	115	65	73	101	89	133	121
1965	165	76	72	116	94	140	134
1966	135	54	60	107	88	109	94
1967	89	58	58	88	77	107	93
1968	71	98	76	101	87	119	94
1969	112	89	72	107	79	153	100
1970	128	53	57	98	81	134	91
1971	84	84	83	102	-	125	-
1972	74	131	101	102	-	132	-

Fonte: Rofman e Luis (1975, p. 37)

Para analisar o desigual poder de acumulação entre os agentes desse circuito, no qual as duas primeiras etapas reconhecem uma inscrição regional contígua à fonte produtiva e as duas finais afetam o desenvolvimento da atividade econômica da Capital Federal e sua área metropolitana, se deveria contar com dados

adicionais aos expostos. Algum indicador de custo médio de produção semelhante ao que se utilizou para os preços teria nos proporcionado elementos para estimar os respectivos níveis de benefício por unidade de produto correspondente. Por se carecer de tal informação, a relação de preços fala de uma tendência que favoreceu à fiação a partir de 1960 com respeito aos outros dois processos anteriores. Nos doze anos seguintes, com exceção do último no que se refere ao algodão, o preço do fio se distanciou sistematicamente do preço do algodão bruto e do algodão descaroçado. Para aceitar que se tenha produzido uma transferência de valor a partir dos primeiros processos em direção à fiação, teríamos que adotar como pressuposto que, no período estudado, não se teriam gerado variações relativas aos respectivos custos médios de produção. É provável, no entanto, que a tendência tenha sido ainda mais favorável ao processo citado de transferência de valor. Isso é deduzível a partir dos dados da última coluna, nos quais o crescimento de produtividade é muito mais notável na produção do fio do que na do tecido. Se incorporamos o dado que as descaroçadoras não integradas às empresas fiadeiras possuem, em geral, equipamento antigo e que a produtividade do algodão, como já comentamos, não pode ter experimentado variações positivas significativas, a conclusão teria que ser uma só. A redução de custos médios ocorreu muito mais intensamente nas fiações do que em todos os demais processos atendendo aos desiguais ritmos de incremento das correspondentes taxas de produtividade. Um comentário final como esse poderia resultar da análise da relação fiação/tecelagem.

A partir disso, surge uma hipótese suficientemente fundamentada, segundo nossa abordagem: durante o período de análise, o circuito nacional do algodão mostrou um conjunto de agentes econômicos que, dada sua posição oligopólica e oligopsônica nos respectivos mercados e devido às diversas políticas econômicas que reforçaram seu maior poder de contratação relativo, captaram porções crescentes do excedente econômico total gerado no circuito citado. A nível regional, os respectivos circuitos se comportaram de maneira desigual. O circuito do norte mostrou sinais de que o processo de acumulação se tornou negativo. No circuito regional localizado em Buenos Aires e sua área metropolitana, os agentes econômicos ali localizados tiveram um comportamento muito mais satisfatório e é provável que o processo de acumulação correspondente tenha exibido uma evolução crescente, amparado por taxas de lucro em expansão.

Esses três exemplos que foram expostos para poder ilustrar de maneira adequada nosso esquema teórico nos levam a explicitar algumas conclusões finais nesta seção:

1. O circuito regional de acumulação não pode ser visualizado na integridade

de seu comportamento sem levar em conta a maneira como opera o circuito nacional no qual se encontra inscrito.

2. Os agentes econômicos possuem uma situação de vinculação entre eles com relação à capacidade relativa de acumular de acordo com a posição estrutural que detêm dentro do circuito, mas tal posição e as modalidades pelas quais se distribui o excedente econômico global do circuito são mutáveis no tempo, e essas modificações dependem da maneira como os ajustes da política econômica global e dos distintos fatores ou variáveis que a integram afetam a referida distribuição. É preciso, portanto, dispor de uma interpretação da evolução do subsistema de produção diretamente vinculado ao circuito para entender as referidas variações.
3. Com base no exposto na seção 1, torna-se necessário reconhecer os mecanismos de apropriação regional do circuito econômico nacional, ou, em outras palavras, é preciso descrever e explicar os efeitos que se operam em cada região como resultado do desenvolvimento do circuito econômico nacional. Dentro do circuito regional é indispensável visualizar os impactos diretos e indiretos que derivam da assimilação no referido subespaço dos processos verificados em escala nacional. É esse último aspecto que agora receberá nossa atenção.

Geração do excedente econômico e seu processo de retenção dentro do circuito regional de acumulação

Nesta última seção tentaremos avaliar as modalidades a partir das quais em uma determinada região participa, através de cada circuito de acumulação regional, na conseqüente apropriação do excedente econômico nela gerado e de que maneira se verificam as relações diretas e indiretas a partir dessa apropriação.

Cada elo do processo produtivo tem uma determinada localização. Se observamos todo o aparato produtivo a partir de uma perspectiva regional e se existe previamente certa delimitação de tais entornos subespaciais, o elo correspondente integrado por determinados agentes econômicos (um ou vários) exibe seu processo produtivo em uma região concreta. Esse processo produtivo, por sua vez, requer insumos ou entrega de produtos em seu processo de integração vertical e/ou horizontal, que possam ser produzidos dentro ou fora da região supracitada. Até aqui, conseguimos avançar os estudos regionais que medem a atividade econômica segundo as respectivas quantidades de produção por unidade geográfica, ainda que utilizando uma setorização muito diferente da que oportunamente adotamos.

Uma segunda questão a abordar, que é a que nos interessa resolver de maneira primordial, é a de atribuir regionalmente o mecanismo de repartição do excedente econômico gerado nos elos do circuito pertencentes à região escolhida. Para isso, primeiramente devemos estimar o *quantum* do referido excedente, que resulta de subtrair do valor de realização dos produtos os insumos necessários para produzi-los e o custo da força de trabalho. Esse excedente pode ser distribuído dentro da região, reinvestido na mesma região, ou remetido para fora dela.

Finalmente, cabe citar os processos que têm lugar como apoio ou como consequências da atividade produtiva de bens e que se referem às tarefas de financiamento, publicidade, transporte, comunicações, etc.

Essa primeira apresentação se mostraria incompleta se considerarmos que não é somente a partir do processo de produção de bens de produção, intermediários ou de consumo que se estabelece o circuito econômico. Outros processos podem servir para desenhar circuitos, na medida em que representam ligações entre atores econômicos situados em distintas esferas de atividade e em diferentes subespaços nacionais. Nesse aspecto, cabe citar os circuitos de financiamento que o aparato estatal desenvolve, todas as atividades burocrático-administrativas do Estado, os serviços pessoais e, de maneira geral, os processos produtores de serviços não citados anteriormente. À semelhança das experiências já vistas, nesses circuitos desenvolvem suas ações agentes econômicos com poder desigual e com distintas cotas de participação no processo de acumulação do capital. Vale também para eles, então, todos os comentários efetuados acima.

Um agente econômico compreendido dentro de um determinado segmento realiza, em um dado período, seu processo anual produtivo, obtendo um excedente que consome, reinveste, ou remete para fora da área onde desenvolve suas atividades. Ao mesmo tempo, o tamanho do excedente que recebe ou, em outras palavras, sua taxa de lucro, está sujeita a variações devido ao modo de relacionamento que possui com os demais agentes econômicos localizados dentro ou fora da área, mas vinculados a ele em termos de pertencimento ao mesmo circuito.

De acordo com o que foi exposto, resulta que ao nível de cada região estudada, os processos podem ser visualizados a partir de uma dupla perspectiva para interpretar o impacto regional dos mesmos. Em um primeiro nível, existe um certo e determinado tamanho do excedente gerado cuja quantia relativa com respeito ao capital de giro (taxa de lucro) depende de numerosos fatores, alguns dos quais foram oportunamente citados em páginas anteriores. Em um segundo plano, aparece o modo de apropriação e de utilização tanto do referido excedente

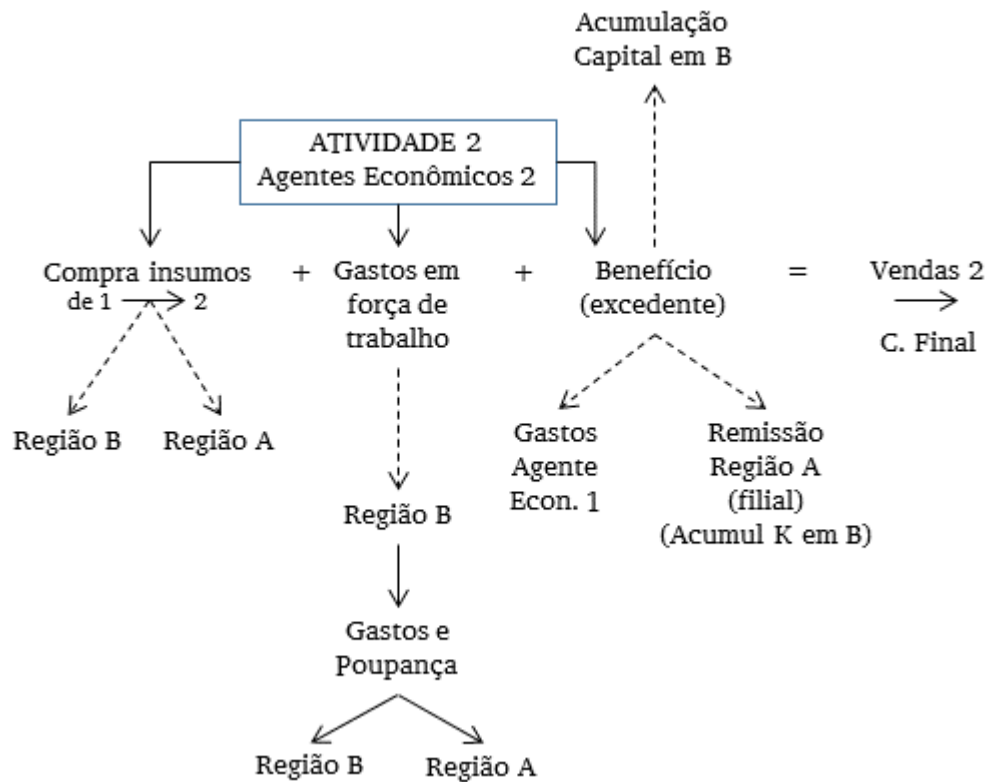
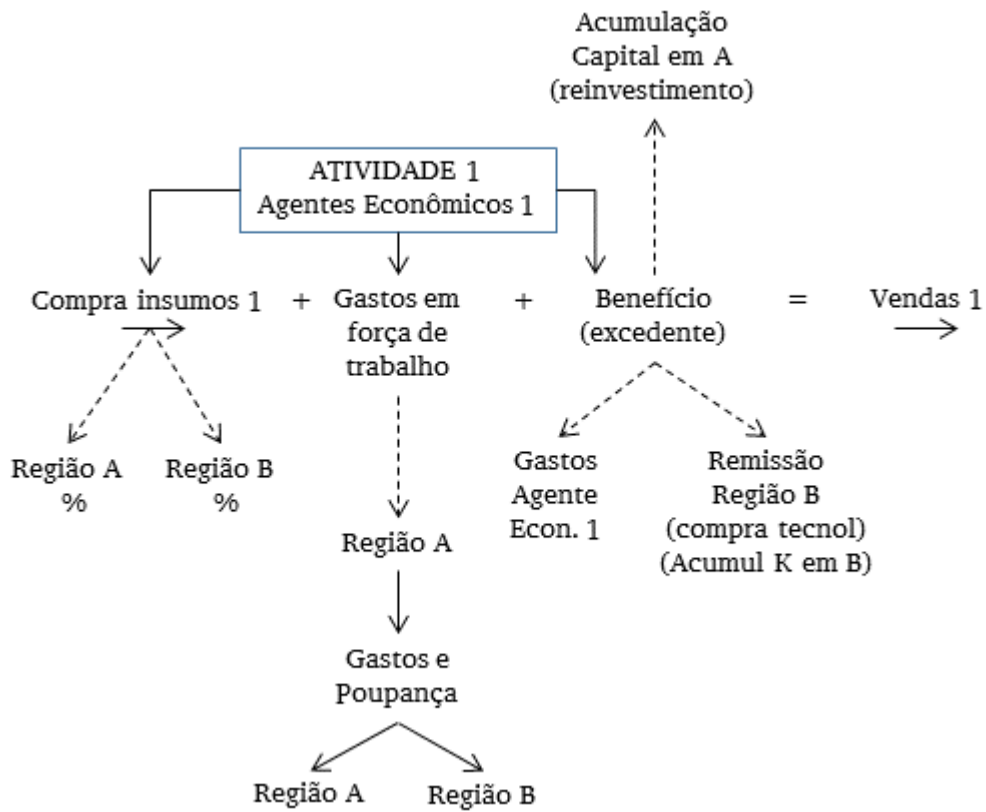
como dos outros gastos necessários para o processo de produção e reprodução do capital na atividade considerada. Entre os aspectos a considerar tanto em uma como na outra dimensão de análise, não só devem ser incorporadas as atividades principais, mas também aquelas que de maneira indireta estejam estruturalmente vinculadas ao circuito.

As desigualdades ou diferenças verificáveis no nível de desenvolvimento das forças produtivas, seu dinamismo e sua potencialidade segundo o entorno regional correspondente encontram explicação nas formas de geração, apropriação e utilização dos excedentes econômicos que os atores sociais realizam através das atividades correspondentes ao elo do circuito inscrito na referida região.

Em cada caso será preciso estudar de maneira específica as características que assumem os processos de repercussão indireta desencadeados pelos gastos e a utilização local dos excedentes. A maior ou menor taxa de salário, o nível da taxa de reinvestimento local, os valores da taxa de lucro dos agentes econômicos locais, etc. irão determinando o comportamento das atividades produtivas na região na medida em que elas dependem dos efeitos diretos e indiretos que as citadas dimensões econômicas exercem sobre sua capacidade de expansão.

Um esquema preliminar de como representar graficamente essas relações entre agentes econômicos e suas respectivas inscrições regionais em um circuito de acumulação se desenvolve a seguir como conclusão final dessa contribuição.

Esquema 1



Nesse esquema simples, supõe-se que há duas regiões (A e B) e dois agentes econômicos ou grupos deles com suas respectivas atividades no circuito econômico de acumulação. A nível regional, o circuito tem uma só atividade incluída em cada um deles. Em A, a fornecedora do insumo industrializado (região periférica) e em B a industrializadora para o consumo final (região central). Isso é observável tanto na forma de apropriação dos excedentes (remissão da ativ. 1 em B à casa matriz em A de entregas por tecnologia) e no processo de investimento de B em A da remissão do excedente para reinvestimento, como pelo fato de que o consumo final está ligado à produção da ativ. 2 em B. As repercussões foram reduzidas neste esquema à provisão de insumos e à maneira de utilização do gasto pessoal. Ficariam por ser acrescentados os apoios indiretos: financiamento, publicidade, etc. ligados ao circuito, podendo-se até mesmo reservar para essas outras atividades o desenho de um circuito próprio.

Bibliografia

- ARCHETTI, Eduardo; STOLEN, Lristiane. Tipos de economía, obstáculos al desarrollo capitalista y orientaciones generales de los colonos del norte de Santa Fe. *Desarrollo Económico*. n. 53. Abril — Junio, 1974.
- BABB, Emerson. Changing marketing patterns and competition for fluid milk. *Journal of Farm Economics*. Vol. 48, n. 3, agosto 1966.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo. Colonos, planteadores y agro-industrias. La explotación agrícola familiar en el sudeste de Misiones. *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, N° 58 — Julio-set. 1975.
- JELIAN, Elizabeth. Formas de organización de la actividad económica y la estructura ocupacional. *Desarrollo Económico*. n. 53 abril-junio 1974.
- LEVIN, Pablo. *Diagnóstico de subsistemas*. CFI. Buenos Aires, Junio 1974.
- LEVIN, Pablo. Diagnóstico de Subsistemas. Posibles aplicaciones en el campo de la ciencia y la tecnología. Caracas, 1977 (*mimeo*)
- ROFMAN, Alejandro; LUIS, Alberto Romero. Producción primaria y distribución del ingreso en una región atrasada de la Argentina-CEUR, Buenos Aires, 1975.
- ROFMAN, Alejandro; YUJNOVSKY, Oscar. *Diagnóstico preliminar del área sudeste de la provincia de Buenos Aires*. Tomo II, Metodología. Buenos Aires, 1970.
- SANTOS, Milton. *L'espace partagé*. París, 1975.

Sobre o autor

Alejandro Rofman: possui formação nas áreas de ciências econômicas e regional, com mestrado na Universty of Pennsylvania e doutorado na Universidad Nacional de Córdoba. É professor honorário da Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA), professor *honoris causa* da Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER) e da Universidad Nacional de Salta (UNSa). Participa como pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), atuando principalmente no Centro de Estudios Urbanos y Regionales (CEUR). Autor de um numeroso conjunto de artigos, também publicou diversos livros na Argentina e em outros países, sendo em grande parte voltados às temáticas de desenvolvimento urbano e regional, economia espacial e solidária. Também ocupou importantes cargos no governo da cidade de Buenos Aires, tendo sido Subsecretário de Desenvolvimento Regional e Subsecretário de Desenvolvimento Sustentável.

 **BCG**: <http://agbcampinas.com.br/bcg>